



Antíteses

ISSN: 1984-3356

hramirez1967@yahoo.com

Universidade Estadual de Londrina

Brasil

Zanelatto, João Henrique; Trichês, Janete; Caroja, Carlos Renato  
Do Golpe Militar a Instalação do 28º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC): à ditadura  
civil-militar na capital nacional do carvão (1964 -1977)  
Antíteses, vol. 9, núm. 17, enero-junio, 2016, pp. 200-221  
Universidade Estadual de Londrina  
Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193346401012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# Do Golpe Militar a Instalação do 28º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC): à ditadura civil-militar na capital nacional do carvão (1964 -1977)

*Forehand Military Installation of the 28th Field Artillery Group (GAC): civil-military dictatorship in the national coal capital (1964 -1977)*

**João Henrique Zanelatto<sup>1</sup>**  
**Janete Trichês<sup>2</sup>**  
**Carlos Renato Carola<sup>3</sup>**

## RESUMO



A cidade de Criciúma foi durante várias décadas conhecida como a “capital nacional” do carvão mineral. Foi também conhecida pela forte organização dos trabalhadores das minas de carvão. Com o golpe militar de 1964 centenas de cidadãos criciumenses (ou que viviam na região carbonífera) foram presos pela ditadura acusados de comunistas, e de conspiração contra a “revolução”. Assim, o presente escrito buscou estudar como se processou o golpe em Criciúma, as tentativas de resistências, em especial no âmbito de atuação do sindicato dos mineiros e na rádio difusora. Buscou abordar a atuação da Operação Barriga Verde e por fim apontar para as preocupações dos setores dominantes da cidade, particularmente a relação dos mineradores com os trabalhadores, culminando com a instalação do GAC 28º - Grupo de Artilharia de Campanha - em 1977.

*Palavras-chave:* Ditadura. Tensões. Criciúma. Região. Carbonífera.

<sup>1</sup> Doutor em História, professor dos Cursos de História e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Pesquisador do Núcleo de Estudos em Estado, Política e Direito (NUPED/UNESC) e membro do grupo de pesquisa “História Econômica e Social de Santa Catarina”.

<sup>2</sup> Mestre em Ciência Política, professora do Curso de Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Estado, Política e Direito (NUPED/UNESC).

<sup>3</sup> Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP); professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

**ABSTRACT**

The city of Criciúma was for decades known as the mineral coal capital in Brazil. It was also known for the strong organization of workers in coal mines. With the military coup of 1964 hundreds of criciumenses citizens (or living in coalfield) were arrested by the dictatorship accused of Communists, and conspiracy against the "revolution." So, this study sought written as if sued the coup in Criciuma, attempts at resistance especially in miners' union and diffusing radio. He sought to address the performance of the Operation Green Belly and finally point to the concerns of the dominant sectors of the city especially the miners with the workers, and which culminated in the installation of GAC 28th Field Artillery Group in 1977.

*Keyword: Dictatorship. Voltages. Cricklewood. Coal. Region.*

## *Introdução*

Situada no sul catarinense, Criciúma ficou conhecida nacionalmente como capital do carvão. Desde o início do século XX começou a exploração de carvão mineral na cidade. Este processo crescente de exploração do carvão (em especial no contexto das guerras mundiais que dificultou a exportação do carvão inglês e o Estado passou a investir e subsidiar a produção do mineral) colocou Criciúma na condição de principal cidade do sul catarinense e uma das principais do estado no final dos anos de 1950.

Conhecida também pela forte organização dos trabalhadores das minas de carvão que se articulavam em torno do Sindicato dos Mineiros criado em 1945. A forte organização destes trabalhadores causava preocupação nos setores dominantes da cidade. Com o desfecho do golpe civil-militar em 1964 ocorreram tentativas de resistências, em especial no Sindicato dos Mineiros e na rádio Difusora, mas que não lograram êxito, pois centenas de cidadãos criciumenses (ou que viviam na região carbonífera) foram presos pela ditadura acusados de comunistas e de conspiração contra a "revolução".

Mas a resistência de criciumenses e moradores da região carbonífera, contrários a ditadura, não parou por aí. No final dos anos 60 e início da década de 1970 estavam participando de movimentos que atuavam na clandestinidade contra o regime. Prisão, tortura, exílio e desaparecimento marcou a vida destas pessoas. Posteriormente, dezenas cidadãos da região carbonífera foram presos pela ação da Operação Barriga Verde em 1975, e mais uma vez o comunismo era a justificativa.

Se por um lado cidadãos criciumenses e da região carbonífera estiveram envolvidos na resistência a ditadura civil-militar, por outro, os setores dominantes da cidade, principalmente proprietários das minas de carvão, juntamente com o setor mais conservador da Igreja Católica e do poder público local, apoiaram o

golpe e a ditadura, buscaram criar maneiras para controlar a ação dos trabalhadores que culminou na instalação do GAC 28º, Grupo de Artilharia de Campanha<sup>4</sup> em Criciúma no ano de 1977. Em síntese, este artigo explicita as configurações de poder e resistência entre cidadãos e setores sociais da cidade de Criciúma e região, no contexto do Golpe de Estado de 1964.

### *Criciúma e o contexto sociopolítico em que se processou o golpe*

No contexto em que se processou o golpe militar de 1964 a cidade de Criciúma vivenciava dois momentos: de um lado, observa-se a intensa mobilização empreendida pelos trabalhadores nas minas de carvão. E do outro lado, o período foi também marcado pelo início da diversificação econômica com o aparecimento de outros setores econômicos em Criciúma.

O início dos anos de 1960 foi marcado por intensa mobilização dos mineiros de Criciúma. As mobilizações e greves não exigiam somente melhores salários, mas também melhores condições de trabalho, compensação pelo trabalho insalubre e energia elétrica nas vilas, entre outras questões que estavam na pauta de reivindicações e motivavam os movimentos dos operários das minas de carvão da região. Esta intensa mobilização foi parcialmente interrompida com o golpe militar de 1964, que entre seus primeiros atos processou a intervenção no Sindicato dos Mineiros de Criciúma. (MIRANDA, 2013, p. 123).

Desde o final dos anos de 1950 o sindicato vinha sendo dirigido por diretorias que eram consideradas combativas, pois estavam sintonizadas com as lutas e as resistências dos trabalhadores. (VOLPATO, 1984). Além das lutas travadas no espaço fabril, muitos trabalhadores foram articulando suas lutas na organização partidária, em especial no PCB e no PTB. (LEMOS, 2008).

No que tange o processo de diversificação econômica de Criciúma, este foi se processando de forma incipiente no final dos anos de 1940 e durante a década de 1950, mas eram ainda ofuscados pela indústria mineradora. À partir da década de 1960, novos setores industriais vão tomando conta da paisagem econômica local. Os resultados positivos gerados pelas “novas” atividades (cerâmica, vestuário...) fez com

<sup>4</sup> O 28º Grupo de Artilharia de Campanha (28º GAC), é uma das Unidades Militares do Exército Brasileiro com sede em Criciúma e subordinada a 14ª Brigada de Infantaria Motorizada de Florianópolis – SC. Desde 1926, estava sediado em Santana do Livramento – RS, veio para Santa Catarina em 1972 e permaneceu temporariamente em São Francisco do Sul até sua fixação definitiva em Criciúma.

que vários empresários do setor extrativista passassem a se dedicar também a um desses novos setores que vinham em crescimento<sup>5</sup>.

Mesmo com o processo de diversificação econômica, as atividades principais da cidade eram a mineração e agricultura, com maior destaque para a primeira. Cabe destacar que o boom da mineração ocorreu no contexto da Segunda Guerra Mundial, onde a mineração despontou significativamente. Exemplo deste processo foi que de 1940 à 1950 a população da cidade praticamente dobrou, atraiu trabalhadores dos vários municípios do sul catarinense, de várias regiões do estado e também de outros estados. Este processo de migração rápido e contínuo e o crescimento da exploração do carvão, mudou a paisagem da cidade e aumentou a exploração dos trabalhadores. A paisagem da cidade e o cotidiano dos trabalhadores foram descritos pelo coronel Newton Machado Vieira, que saiu de Blumenau e foi responsável por instaurar o Inquérito Policial Militar no sul catarinense. Em seu relatório de 70 páginas “antes de ser uma peça acusatória contra os subversivos comunistas, foi um rogo pela intervenção do governo para melhorar a situação.” (COIMBRA, 1996, p. 82).

No relatório entregue ao auditor de guerra em 17 de junho de 1964, o coronel Vieira fez uma descrição do cotidiano dos trabalhadores de Criciúma e região carbonífera, chamando a atenção das autoridades sobre as péssimas condições de trabalho nas minas de carvão e o risco da “infiltração” comunista:

A Zona carbonífera de Criciúma e municípios vizinhos é muito propícia à infiltração comunista, ou pelo menos às agitações, dadas as condições de vida daqueles que aqui labutam. Não só o trabalho de mineração, ocupação dominante na região, é árduo e desgasta prematura e fisicamente o homem, como tem havido uma certa incompreensão dos mineradores, que não tem procurado dar um melhor ambiente de vida extratrabalho aos seus operários e suas famílias. Quem já percorreu uma mina e lá viu aqueles homens trabalhando bem poderá aquilatar o estado de ânimo daqueles trabalhadores, principalmente se levarmos em conta que este trabalho se desenvolve por anos a fio. Saído de horas de trabalho penoso, aquele homem, ao voltar à luz do dia, deveria encontrar somente motivos para desocupações, mas isto não é o que comumente acontece. (COIMBRA, 1996, p. 83).

O coronel Vieira continua seu relatório apontando para as moradias dos trabalhadores e os salários que recebiam. “Aqueles homens e suas famílias habitam barracões de madeira e até o ar que respiram traz carvão em suspensão. O chão que pisam é negro, como negro parece-lhes também seu destino.” (COIMBRA, 1996, p. 83). E o relator explica que o único consolo para aqueles trabalhadores era o salário: “alguns percebem bons salários, salários que compensam razoavelmente todos os sacrifícios.” (COIMBRA, 1996, p.

---

<sup>5</sup> Os estudos e as explicações divergentes para o processo de diversificação econômica de Criciúma podem ser encontrados em: Volpato (1984), Teixeira (1996), Santos (1997, 2002), Goulart Filho e Neto (1997), Goulart Filho (2005), Nascimento (2012).

83). Explica que as empresas mineradoras pagavam dois tipos de salários, os mineiros que trabalhavam no subsolo e os da superfície, sendo que os primeiros recebiam maiores salários; e informa ainda que o salário dos trabalhadores empregados em outras atividades era menor.

Ao abordar a luta de muitos trabalhadores para conseguir um emprego nas minas, o Coronel Vieira salienta que muitos migrantes chegavam a Criciúma e ficavam desempregados. Destaca ainda, a extrema exploração sofrida por muitos trabalhadores nas minas e os baixos rendimentos recebidos que ficavam abaixo do mínimo.

E o operário tem de lutar, não só contra os demais concorrentes às vagas, como também contra a ganancia dos mineradores, principalmente daqueles que não são proprietários, mas simples exploradores por empreitada e que tudo fazem para obter mão-de-obra mais barata. E conseguem realmente isto, da seguinte maneira: aproveitando para os serviços “enconstados” do IAPETEC, que percebem naquela autarquia vencimentos por se acharem em indisponibilidade física e vão trabalhar nas minas por um salário abaixo do mínimo, somando assim dois proveitos. Lucra este tipo de trabalhador, pela dupla percepção de rendimentos, e lucra o patrão ganancioso que tem um operário percebendo abaixo do salário mínimo. (COIMBRA, 1996, p. 84).

O relator culpa o Estado por não fiscalizar as supostas irregularidades e continuou tecendo profundas críticas ao IAPETEC considerando a autarquia um espaço de arranjos e barganhas. “Note-se que a maioria das irregularidades ali praticadas o eram, ou por interesse financeiro, ou, o que era mais comum, por afilhadismo político, ou com fins eleitorais.” (COIMBRA, 1996, p. 84).

Mas por que o coronel tecia estas ardentes críticas ao IAPETEC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas) O IAPETEC era um dos institutos de Previdência Social da época, e antes do golpe em Santa Catarina, Criciúma era chefiado por pessoas vinculadas ao PTB. Em âmbito estadual Doutel de Andrade, umas das principais lideranças do partido e, em Criciúma, por Addo Vânio de Aquino Caldas Faraco, presidia o PTB. No que tange a estrutura do IAPETEC em Criciúma, era maior que a própria prefeitura, pois na década de 1960 tinha mais de dez ambulatórios médicos, além de ambulâncias, serviços de raio x e cerca de cem empregos diretos. (TRICHÉS, 1994, p. 141). O PTB na cidade se organizava e se mantinha à partir do IAPETEC, juntamente com o Sindicato dos Mineiros que “lhe fornecia os melhores quadros, de militância e formação política.” (TRICHÉS, 1994, p. 141). Outro exemplo da forte relação PTB, IAPETEC e Sindicato dos Mineiros foi a eleição para o legislativo municipal de Criciúma em 1962. Dos quatorze candidatos indicados pelo PTB, sete eram mineiros e quatro funcionários do IAPETEC. No pleito, o partido elegeu quatro vereadores, dois eram funcionários do IAPETEC e um mineiro. Era nestes espaços que o coronel buscava encontrar os supostos comunistas e subversivos.

A vida “desregrada” e a falta de espaço público de “lazer saudável” para os trabalhadores das minas também foi problematizada pelo Coronel Vieira. Em seu relatório de inspeção, o mesmo salienta que o mineiro, “ao sair do seu trabalho, não tendo um lar agradável para estar, uma praça de esportes onde possa se distrair sadiamente, vai para uma bodega, das inúmeras que por aqui existem, onde se junta a agitadores, que produzem habitualmente estes lugares.” (COIMBRA, 1996, p. 88). Na narrativa do coronel fica evidenciado mais uma vez as péssimas condições de vida em que viviam os trabalhadores das áreas de mineração e ao mesmo tempo apresenta os bares como único espaço de lazer, mas também local de militância política.

Foi apurado neste inquérito, que a maioria daqueles incautos que assinaram listas dos chamados “grupos dos onze” o fez em bodegas, ou então na Rádio Difusora, ou no Sindicato dos Mineiros, principais locais de agitação em Criciúma. Nenhum deles, ou muito raramente, foi encontrado em sua própria residência para assinar, mas o fez naqueles locais, em especial nos botequins, onde se achavam bebendo para esquecer as tremendas dificuldades que tinham de enfrentar em suas vidas. (COIMBRA, 1996, p. 88).

Por fim, na busca pelos supostos comunistas subversivos contrários a “revolução”, o coronel a problematizou as condições de existência dos trabalhadores das minas de carvão de Criciúma e região carbonífera, e também os espaços de organização e resistência formais e não formais – leia-se o Sindicato dos Mineiros, o IAPETEC, a Rádio Difusora e os bares - as chamadas bodegas. Outros aspectos do relatório do coronel serão abordados ao longo deste escrito. Como já exposto, o IAPETEC - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, era um instituto de previdência dos mineiros, chefiado em âmbito estadual e local pelos petebistas Doutel de Andrade e Addo Caldas de Aquino Faraco, que também foram proprietários da rádio Difusora no período.

Foi diante deste cenário de mudanças econômicas e de lutas dos trabalhadores que Criciúma vivenciou o golpe civil militar e a instalação novamente na história da República, de um regime autoritário imposto pela utilização da força, apoiado pelos grandes empresários nacionais e estrangeiros, por setores conservadores da igreja católica, pelos partidos políticos de direita alinhados com a perspectiva do liberalismo econômico e com a política norte americana para a América Latina.

## *O golpe civil militar e a resistência*

Criciúma possivelmente tenha sido em Santa Catarina, a cidade que mais ofereceu resistência ao movimento militar armado de 31 de março de 1964<sup>6</sup>, desencadeado pelo general Mourão Filho, à partir de Juiz de Fora (MG). Às 23 horas daquele dia, o Comando Geral dos Trabalhadores determinava greve geral no país. Os trabalhadores locais, muitos eram simpatizantes ou filiados ao PTB e ao PCB<sup>7</sup>, começaram a articular uma frente municipal de resistência. A intenção era repetir a Campanha de Legalidade de 1961, quando grupos locais se uniram a uma das tropas do 3º Exército de Porto Alegre, se entrincheiraram nas proximidades de Içara e deram sua parcela de contribuição para garantir a posse constitucional de João Goulart.

A orientação do Comando Geral dos Trabalhadores, veiculada pelas emissoras de rádio, foi recebida pelo presidente do Sindicato dos Mineiros, Jorge João Feliciano, membro do PCB que atuava no PTB, e que havia participado do comício de 13 de março na Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Às duas horas da madrugada, Feliciano já estava com a diretoria do Sindicato reunida, que analisava a situação nacional e vai para as minas de carvão. O 1º dia de abril amanhece com todas as minas completamente paralisadas. Entre trabalhadores da ativa e aposentados, o Sindicato conseguiu reunir cerca de seis mil pessoas na praça Nereu Ramos, no centro da cidade. Criciúma estava, assim, sob o comando dos trabalhadores. (FELICIANO, entrevistado em 20 de outubro - 1992). Era um número expressivo de pessoas reunidas na Praça Nereu Ramos, considerando que a População de Criciúma na década de 1960 era de 48.000 habitantes, sendo 26.499 na área urbana e 21.551 na área rural (IBGE, 1960).

Numa assembleia anterior, onde a presença de policiais infiltrados se havia tornado uma constante, o presidente havia dito que o Sindicato comprara armas. O blefe visava impedir que a polícia invadisse o prédio, prendesse a diretoria e colocasse os demais a correr. Naquele 1º de abril, a falsa informação não poderia ter tido mais eficácia. A polícia local, comandada pelo delegado Helvídio de Castro Velloso Filho, rondava o sindicato e a Rádio Difusora (de onde os grevistas comandavam a greve), mas não interferia. Enquanto isso, o batalhão do exército de Tubarão ganhava posição, chegava a Jaguaruna e de lá enviava emissários ordenando que a rádio fosse fechada. O comando da resistência devolvia a ordem, sugerindo que o próprio exército fosse a Criciúma tomar a providência. Com a mesma informação da polícia, o exército não chegava, porque acreditava que os trabalhadores estivessem armados. (FELICIANO, entrevistado em 20 de outubro - 1992).

Acuados entre a polícia local e o exército de Tubarão, no dia 2 de abril os resistentes mandam um mensageiro à capital gaúcha. Ao contrário de 1961, desta vez o 3º Exército aderiu ao golpe. No mesmo dia

<sup>6</sup> Boa parte das entrevistas presentes neste artigo foi realizada por Janete Trichês em 1992.

<sup>7</sup> Esta forte ligação dos trabalhadores, em especial com o PTB fica evidenciada nos processos eleitorais que ocorreram após o suicídio de Getúlio Vargas. Segundo (LEMOS, 1988, p. 91) "todos os candidatos a cargos no executivo, ligados ou apoiados pelo PTB, foram vitoriosos na cidade. João Goulart, como vice, recebeu mais votos que Juscelino. Mesmo Heriberto Hülse, natural da região e candidato a vice-governador pela UDN, obteve apenas cerca de 3.500 votos contra os mais de 6.500 do prefeito de Chapecó, o petebista José Miranda Ramos."

02 de abril, por volta das 17 horas, o presidente do sindicato passa na rádio e grava mensagem determinado que os trabalhadores voltassem ao trabalho e que aquela luta estava perdida. Quando a mensagem foi veiculada, cerca de uma hora depois muitos trabalhadores voltaram às minas, outros foram para casa e alguns trataram de fugir. Horas depois, o exército chegava e passava a dominar a situação. A resistência dos petebistas e comunistas tinha chegado ao fim. (FELICIANO, entrevistado em 20 de outubro - 1992).

Segundo Feliciano, enquanto o deputado federal Leonel Brizola tentava em vão rearticular a Campanha da Legalidade, o presidente João Goulart voava de Brasília para procurar refúgio no Rio Grande do Sul. Diante da situação adversa os petebistas e comunistas locais optaram naquele momento em salvar a vida. Alguns conseguiram fugir. Explica que ele e seu vice, Raimundo Verdieri, foram aconselhados por um médico a escapar. Afinal, ninguém tinha a mínima ideia do que iria acontecer com os resistentes, se o exército prenderia ou chegaria atirando para matar. (FELICIANO, entrevistado em 20 de outubro - 1992).

Os dois sindicalistas relutaram, mas acabaram acatando a sugestão do médico, pegaram um revólver, seu carro e dinheiro emprestado, um motorista para guiar e partiram. Durante uma semana, ficaram foragidos, escondidos em São Bento Alto, localidade do vizinho município de Nova Veneza. Dia 09 de abril os fugitivos se apresentaram e foram presos. Ao ser perguntado sobre a possibilidade de deixar o país Feliciano explicou: "Pobre, minha filha, não foge para o exterior. Operário não pode deixar o país numa hora dessas. Não pode". (FELICIANO, entrevistado em 20 de outubro - 1992).

As atividades do presidente do Sindicato dos Mineiros de Criciúma foram bem detalhadas no relatório do Coronel Viera. No relatório, Jorge Feliciano, então presidente do Sindicato, é colocado como um dos principais responsáveis pelos últimos acontecimentos na cidade e que teria prestado depoimento muito sincero.

Não parece dúvida, pois, que tomou parte das mais ativas nos últimos acontecimentos, inclusive fazendo fechar as minas em greve geral [...]. Aliás, sua participação nestes dias não se restringiu somente ao fechamento das minas, mas agitou tremendamente no Sindicato dos Mineiros e na Rádio Difusora, fato que não negou em seu depoimento, o que veio coincidir com as declarações das testemunhas Ernesto Hilário e do dr. Helvídio de Castro Velloso Filho e dos indiciados Gil Braz Zabot Correia, Waldemar Bresciani e Manoel Garcia. (COIMBRA, 1996, p. 91).

No relatório, o Coronel relacionou outras atividades que considerou subversiva e que não se limitavam aos acontecimentos daqueles dias, pois vinham se processando há muito mais tempo. Dentre elas destacam-se os discurso em assembleias do Sindicato, reuniões com Aldo Dietrich, telegramas enviados à Rádio Mayrink Veiga e ao presidente João Goulart, fazia parte do programa "Hora Sindical" de caráter

agitatório, fomentou greves políticas e ilegais paralisando as atividades da Carbonífera Metropolitana, assinou o manifesto “pró-Cuba”... E na delegacia de polícia da cidade estava fichado como comunista, foi acusado de tal por várias testemunhas arroladas no Inquérito Policial Militar, entre elas o padre Estanislau Cizeski, considerado pelos sindicalistas um inimigo que estava sempre a serviço dos mineradores. (COIMBRA, 1996).

As ações do “comando revolucionário” não poderiam ter sido mais eficientes. Em Criciúma, a Rádio Difusora, outrora um dos QGs da resistência civil, foi lacrada. O Sindicato dos Mineiros foi posto sob intervenção e grande parte de sua diretoria presa. Simultaneamente, começaram a prender as demais lideranças que haviam articulado o “contragolpe”. No mesmo dia 02 de abril, o Exército prenderia a maioria da executiva do PTB, seu presidente Addo Vânio de Aquino Faraco e dois de seus vereadores, José Martinho Luiz e Abílio dos Santos, além do médico Manif Zacharias, um dos cérebros do PCB local. (FELICIANO, entrevistado em 20 de outubro - 1992).

Neste contexto de prisões transcorria o relatório do Inquérito Policial Militar feito pelo Coronel Newton Machado Vieira, que listou o nome e caracterizou a atuação dos principais “agitadores comunistas” e sindicalistas de Criciúma e região carbonífera.

Como principais figuras de políticos que se aproveitaram deste estado de coisas temos a destacar Armindo Marcílio, Doutel de Andrade e Addo Vânio de Aquino Faraco, pois estes dois, inclusive, são sócios da ZYT-52 – Rádio Difusora de Criciúma, um dos principais focos de agitação, pois, nos últimos acontecimentos, foi daí que se tentou comandar um movimento de rebeldia à revolução vitoriosa. Paralelo a esta rádio como foco permanente de agitação tínhamos os Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Carvão de Criciúma, desde 1957 entregue às mãos do advogado e perigoso comunista dr. Aldo Pedro Dietrich, ora foragido, que era, aparentemente e por dever de ofício, simples causídico daquele Sindicato, mas na realidade, era o seu legítimo dono, aquele que comandava todas as suas ações, sendo as diretorias eleitas mero instrumento de ação nas mãos daquele vermelho. E não se diga que as autoridades governamentais ignoravam tal situação, mas, muito ao contrário, davam-lhe o seu beneplácito e este perigoso e nocivo elemento pode ser visto em fotografias junto com Doutel de Andrade e até com João Goulart. (COIMBRA, 1996, p. 89-90).

Segundo João Antônio Medeiros (mais conhecido como Antônio Navasco, era comunista, militava no PTB e na eleição de 1962, foi candidato a vereador pelo PSP<sup>8</sup>) a segunda grande triagem ocorreria no estádio

<sup>8</sup> No pleito de 1962 sete comunistas foram candidatos a vereador utilizando a sigla do PSP. De modo geral até esse pleito os comunistas atuavam junto ao PTB, mas uma disputa interna no PTB afastou os comunistas, e estes então em um acordo com o PSP lançaram seus candidatos a vereadores por esta sigla. (TRICHES; ZANELATTO, 2015, p. 86).

do Comerciário Esporte Clube, (atualmente Estádio do Criciúma Esporte Clube) que foi usado para interrogar cerca de mil trabalhadores de Criciúma e municípios vizinhos, a quase totalidade deles com alguma ligação com o PTB e o PCB. De lá, alguns foram diretamente para a prisão e os demais foram liberados. (MEDEIROS, entrevista em 13 de outubro - 1992). Manoel Abel, mineiro e militante do PTB, lembra que posteriormente ocorreriam ainda inúmeras outras prisões, feitas geralmente de dia, à partir de detenções feitas em casa, em bares e nas minas, sem qualquer explicação. (ABEL, entrevista em 15 de outubro - 1992). Sobre esses acontecimentos, José Martinho Luiz (trabalhador das minas de carvão, militante do PTB, eleito vereador em 1962 e prezo pelos militares em 02 de abril 1964) analisou da seguinte maneira: "Em período revolucionário não tem que dar satisfação de nada para ninguém; é a força; e contra a força não tem conversa ou resistência." (LUIZ, entrevista em 19 de outubro - 1992).

A primeira prisão local usada para deter os presos políticos foi o colégio estadual Professor Lapagesse (colégio situado bem no centro urbano da cidade de Criciúma), onde permaneceram incomunicáveis por 15 dias. Depois, foram transferidos para o prédio do Plano de Carvão Nacional, repartição do governo requisitada pelos militares, localizada na rua Coronel Pedro Benedet, próximo do Hospital São José. Com as prisões feitas pelo Exército de Tubarão, sediou-se em Criciúma o 23º Regimento de Infantaria de Blumenau, a quem competiu realizar os inquéritos policiais militares, chefiado pelo coronel Nilton Machado Vieira. Na prisão improvisada, as lideranças políticas e sindicais foram distribuídas em grupos. Os principais líderes foram postos em celas isoladas, de modo a impedir qualquer possibilidade de contato entre eles e seus liderados.

No Plano, os períodos de prisão variaram de preso para preso, numa média entre 45 e 90 dias, tempo suficiente para os interrogatórios feitos pelo major Campos, que giravam sempre em torno dos mesmos temas: comunismo, resistência à "revolução", paralisações, o apoio dado a Jango em 61. Além das sessões frequentes de interrogatórios, os presos podiam receber visitas da família uma vez por semana, durante duas horas, ler jornais e ouvir rádio.

Concluída a fase dos interrogatórios, alguns presos políticos, como o presidente do Sindicato dos Mineiros, Jorge João Feliciano, que estava com a esposa grávida do décimo filho e hospitalizada, ficaram detidos no prédio do Plano de Carvão Nacional. Outros foram removidos para as instalações da Marinha e do Exército em Florianópolis. Um terceiro grupo, incluído aí o presidente do PTB local preso e incomunicável por 69 dias, foi levado de ônibus para o Paraná. Faraco ficou preso no GC da polícia militar de Curitiba, porque era deputado estadual. Os demais petebistas e comunistas foram encarcerados na penitenciária do Estado. Presos entre seis e oito dias na capital paranaense, alguns foram mandados embora. Permaneceram detidos, o deputado e mais dois companheiros do partido. Posteriormente, eles também seriam liberados, mas com a determinação expressa de darem presença diária no DOPS e não retornarem a Santa Catarina<sup>9</sup>.

Três meses depois, uma ordem do presidente Castelo Branco determinaria a soltura e a possibilidade dos presos responderem aos inquéritos policiais militares fora das prisões. Soltos, os "subversivos" tinham periodicamente que prestar depoimento na 5ª Região Militar de Curitiba, para onde os processos tinham

<sup>9</sup> Estas informações foram prestadas por vários ex-presos políticos. Por fatores diversos, eles pediram e nós concordamos em não divulgá-los.

sido enviados. Em novembro de 1968, a auditoria militar da 5ª Região julgaria os processos de Addo Vânio de Aquino Faraco, Aldo Dietrich, Manoel Garcia, Raimundo Verdieri, Obadias Gonçalves, Manoel Ribeiro e Clóvis Vilatore, acusados de participação nos acontecimentos políticos que antecederam 31 de março de 1964. Todos foram absolvidos por quatro votos contra um. Os demais processos seriam julgados posteriormente. (Tribuna Criciumense, 16 nov. 1968).

## *Delações e cassações*

Em Criciúma, partidos políticos como o PTB e PCB e o Sindicato dos Mineiros se constituíram em espaços de formação política da classe operária. No IAPETEC, reduto trabalhista, os funcionários discutiam qualquer assunto e falavam como autoridades. Qualquer diretor do Sindicato dos Mineiros tratava de igual para igual com os mineradores, que viviam preocupados, tendo em vista a força e organização da categoria.

As discussões de temas “subversivos” no âmbito do PTB, no PCB, Sindicato dos Mineiros e IAPETEC, como a reforma agrária, por exemplo, assustava os proprietários de terras e das minas de carvão. Esse comportamento, segundo Addo Vânio de Aquino Faraco (foi agente do IAPETEC, eleito vereador em 1958 pelo PTB, partido que também presidia no contexto do golpe), acabou criando inimigos de graça. “Não tinha ninguém que segurasse a gente. Nossa força agredia a vaidade e o ego dessa gente. Eles queriam nos pegar a muito tempo. Se aproveitaram da Revolução para isso”. (FARACO, entrevista 10 de outubro - 1992).

Com inimigos declarados ou ocultos, não faltou quem denunciasse as lideranças sindicais e políticas, dando prestimosa colaboração para as ações decisivas das Forças Armadas. Entre os colaboradores, tiveram papel destacado o delegado regional de polícia, Helvídio de Castro Velloso Filho, e o vigário da igreja católica, padre Stanislau Cizeski. Competia ao delegado Velloso intimar as pessoas que prestariam depoimentos. Por consequência, junto com os militares, era ele que decidia quem ficaria preso ou não. Além das convocações, Velloso patrocinaria ainda perseguições, ameaças e prisões. “Fomos duramente perseguidos pelo Velloso, que ameaçou várias vezes, até consumar o ato. Até hoje não sei porque ele agia assim”. (MEDEIROS, entrevista em 13 de outubro - 1992). Outro que conheceu de perto o poder do delegado Velloso foi Pedro Andrade (Andrade militava no PTB, era Secretário Executivo do Sindicato dos Mineiros, foi eleito vereador em 1958 e candidatou-se novamente em 1962, mas não conseguiu se reeleger): “Meu nome foi listado para ser preso. Não fui porque o Velloso me conhecia. Antes de prender, os militares passavam a lista pela delegacia de polícia, que fazia a triagem.” (ANDRADE, entrevista em 11 de outubro - 1992).

A liga católica, entidade criada no município pelo vigário Cizeski, provavelmente tenha sido a mais ativa colaboradora dos militares. Prestativos, seus membros, entre outras funções, ajudavam a identificar as pessoas na cidade, desde os que não iam à missa até os que eram grevistas e participavam das “agitações”. Eles faziam a lista, entregavam-na ao padre, que as repassava ao comando, que ia atrás dos listados e

prendia. No final, segundo o depoimento de José Martinho Luiz, “o próprio Exército viu que tinha gente abusando e resolveu parar com aquilo. Só que, quando isso aconteceu, todos já estavam fichados como subversivos” (LUIZ, entrevista em 19 de outubro - 1992). Jorge Feliciano confirma o destacado papel do padre “polaco” no comando do “Centro de Informações”: “Claro que muita gente do PSD e da UDN que apoiaram o golpe nos dedaram, mas o chefe da tropa era Cizeski”. (FELICIANO, entrevistado em 20 de outubro - 1992).

Se os militares patrocinaram indiscriminadamente inúmeras prisões, coube à Câmara de Vereadores de Criciúma promover a cassação de mandatos legislativos. Segunda maior força no Legislativo com quatro representantes, o PTB foi o único partido a ser afetado e teve sua bancada reduzida à metade. Os vereadores petebistas Abílio dos Santos e José Martinho Luiz, detidos em abril, tiveram seus mandatos cassados de maio a novembro de 1964. As cassações, inspiradas no Ato Institucional nº 01 de 09 de abril de 1964 (Câmara de Vereadores, Livro 16 - período 1963-1967), foram feitas pelo PSD, parceiro das alianças eleitorais e que detinha a maior representatividade individual e a presidência daquele poder. A UDN se manteve omisa.

O AI nº.01, editado pelos Comandantes em Chefe da “revolução”, general Arthur da Costa e Silva, Tenente Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e pelo Vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald, previa, entre outros, a suspensão por seis meses das garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade. Durante este período, os servidores públicos que tivessem atentado contra a segurança do país, o regime democrático ou a probidade da administração pública poderiam ser demitidos, dispensados, postos em disponibilidade ou transferidos. O mesmo Ato outorgava à Junta Militar a prerrogativa de suspender direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos, inclusive municipais.

A Câmara de Vereadores, que em sete sessões pós-“revolução” se mantinha em silêncio sepulcral sobre o tema, dia 18 de maio de 1964 recebe e aprova um decreto do prefeito Arlindo Junkes, prorrogando até 31 de maio a vigência da Comissão de Inquérito, instaurada na prefeitura para levantar quaisquer atividades dos servidores municipais que tivessem ferido a Lei de Segurança Nacional. Na mesma data, recebe ofício nº 021/64 do coronel Newton Vieira, encarregado do inquérito policial militar na cidade, fazendo menção sobre os vereadores José Martinho Luiz e Abílio dos Santos<sup>10</sup>.

Os dois vereadores haviam sido presos, junto com outras lideranças e militantes do PTB e PCB, em 02 de abril. Martinho Luiz ainda havia sido demitido da prefeitura e tinha entrado na justiça contra a administração municipal, pedindo sua reintegração ao quadro funcional. Na prisão em Florianópolis, os dois ficaram detidos por cerca de 20 dias. No retorno da prisão e ao tentarem reassumir suas funções legislativas, o PSD cassa seus mandatos<sup>11</sup>. (LUIZ, entrevista em 19 de outubro - 1992). Integrava a bancada pessedista, Antônio Guglielmi Sobrinho (presidente da Câmara), Fidelis Barato, Nelson Alexandrino, Pedro Guidi e Edegar Cândido da Rosa, que havia assumido com a posse de Junkes na prefeitura. Surpreendentemente, o ato de cassação dos dois parlamentares petebistas não consta dos livros de atas de registros daquele

<sup>10</sup> A ata da sessão de 18 de maio de 1964 faz referência ao ofício do coronel que cita os vereadores, mas em momento algum registra o conteúdo do documento recebido.

<sup>11</sup> José Martinho Luiz, 64 anos, em entrevista à autora em 19 outubro 1992.

poder<sup>12</sup>. Mas porque somente o PSD cassou o mandato dos vereadores da PTB? Porque a UDN, partido mais vinculado aos golpistas, parecia não estar envolvida com a cassação dos vereadores do PTB? Infere-se que o crescimento eleitoral do PTB causava preocupação no PSD. Em 1960, o PTB elegeu pela primeira vez o prefeito da cidade – Neri Jesuíno da Rosa que renunciaria em 1963 (numa manobra de bastidores o PSD conseguiu assumir a presidência da Câmara de Vereadores e por, conseguinte o comando da prefeitura municipal). (TRICHÊS; ZANELATTO, 2015, p. 71-73). Em 1962 o PTB elegeu quatro vereadores, ficando com a segunda maior bancada, atrás somente do PSD. Quanto a UDN havia conseguido eleger somente dois vereadores e ao que parece preferiu assistir de camarotes os embates entre os antigos parceiros eleitorais. Certamente via neste processo a possibilidade de obter algum ganho, fato que se comprovaria nas eleições municipais de 1964 quando a UDN ganharia o pleito com apoio de parte do PTB (TRICHÊS; ZANELATTO, 2015, p. 75-76).

Com a cassação, a Câmara empossa dia 08 de junho o segundo suplente do PTB, Romeu Lopes de Carvalho, na vaga de José Martinho Luiz. Na sessão seguinte, em 11 de junho, é a vez do primeiro suplente Nilton Francisco Rebello ocupar a vaga de Abílio dos Santos. Nesta sessão, a Câmara registraria ainda um telegrama de agradecimento do 1º secretário da Assembleia Legislativa, Livadálio Nóbrega, sobre o comunicado da cassação dos mandatos e um ofício do Coronel Machado agradecendo a “colaboração” da casa<sup>13</sup>.

Tendo promovido, por risco e conta própria, ação a princípio privativa da Junta Militar, fez com que o presidente Antônio Gugliemi Sobrinho consultasse o Tribunal Regional Eleitoral sobre a cassação dos mandatos. Em 04 de agosto o TRE devolvia a consulta comunicando que “a matéria fugia de sua alçada”. Ainda em setembro, os vereadores cassados impetram mandado de segurança na 2ª Vara da Justiça. No início de novembro, o juiz Ayres Gama Ferreira de Mello manda a Câmara reintegrar os cassados que são convocados a retornar no mesmo dia. Na sessão de 11 de novembro, José Martinho Luiz e Abílio dos Santos retornam à Câmara e são saudados da tribuna pelo udenista Fidelis Back<sup>14</sup>. Os cassados agradecem e cumprimentam os demais vereadores<sup>15</sup>. O fantasma da cassação tinha chegado ao fim.

Mas a marca da ditadura viria com força nos anos seguintes ao golpe, com os Atos Institucionais, dispositivos jurídicos-institucionais que marcariam profundamente a vida sóciopolítica brasileira. O prefeito udenista Ruy Hülse e o governador pessedista Ivo Silveira, eleitos em 03 de outubro de 1965, sequer haviam tomado posse em seus cargos quando o regime militar edita novas medidas de exceção, de uma série que viriam posteriormente<sup>16</sup>. Para aqueles que ainda duvidavam da permanência do novo grupo no poder, o preâmbulo que antecedia os 33 artigos do Ato Institucional nº 02 de 27 de outubro de 1965, não poderia ser

<sup>12</sup> Surpreendentemente, a reunião que decidiu e cassou os dois vereadores não foi lavrada em ata. Referências sobre o episódio são feitas posteriormente e de forma extremamente vaga. Vereadores que teriam participado da cassação e foram procurados, demonstraram súbita crise de amnésia.

<sup>13</sup> A ata informa sobre o telegrama de Nóbrega e o ofício de Machado, economiza palavras e não dá maiores detalhes.

<sup>14</sup> Esta saudação se explica, pois parte do PTB apoiaram a UDN na eleição para prefeitura municipal em 03 de outubro de 1964. Um dos articuladores deste apoio foi o vereador cassado José Martinho Luiz. Nesta eleição a UDN chegaria pela primeira vez ao comando do executivo municipal elegendo Rui Hulse.

<sup>15</sup> Ver atas das sessões dos dias 04 de agosto, 15 de setembro e 03 e 11 de novembro de 1964.

<sup>16</sup> De 09 de abril de 1964 a 07 de dezembro de 1966, os militares editaram quatro Atos Institucionais e 15 emendas à Constituição de 1946. Após a promulgação da Nova Constituição, em 24 de janeiro de 1967, e até 28 de novembro de 1985, seriam editados ainda 13 Atos Institucionais e apresentadas mais 26 emendas constitucionais.

mais claro. Nele, os golpistas procuram forjar um discurso institucional para legitimar o poder do novo governo, salientando que o movimento de 1964 era uma “revolução” inspirada nos anseios do povo brasileiro, “para atender às suas aspirações mais legítimas: erradicar uma situação e uni Governo que afundavam o País na corrupção e na subversão”. Além disso, reitera-se o firme propósito de “recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil” juntamente com a firme atuação dos “agitadores” que ainda ameaçavam a “democracia” brasileira”, como se pode observar no texto da Lei:

A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranqüilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de haver ela reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional. (BRASIL, 1965).

Interessante observar a necessidade de legitimidade de poder mesmo em se tratando de uma tomada do Estado pela via da força militar. Justifica-se a intervenção militar como “um movimento que veio da inspiração do povo brasileiro” destinado a destituir um governo que supostamente estava afundado o Brasil “na corrupção e na subversão” e que “deliberadamente se impunha a bolchevizar o país”; e afirmava-se que “agitadores de vários matizes” estariam “ameaçando e desafiando a própria ordem revolucionária” e a própria democracia, impondo assim, mais mediadas de força. (BRASIL, 1965).

### *Novas prisões: a Operação Barriga Verde*

Fui preso no dia 4 de novembro de 1975, no meu local de trabalho, quando chegou a minha mesa um moço aparentando uns dezoito anos de idade, à paisana, me chamando, dizendo que um companheiro estava precisando de ajuda. Saí imediatamente. Quando cheguei na parte que dava para a rua, recebi uma

coronhada de um revolver na cabeça, caí. Eles me encapuzaram, amarraram meus pés e minhas mãos e me jogaram dentro de um camburão do exercito. Dali me levaram na minha casa. Lá chegando, bateram violentamente na porta. Meu filho de quinze anos abriu a porta e eles colocaram uma metralhadora na cabeça do menino, enquanto revistavam a casa em busca de alguma ciosa que comprovasse a minha participação no Partido Comunista<sup>17</sup>.

Amadeu Hercílio da Luz foi a primeira vítima da Operação Barriga Verde em Criciúma. Esta operação foi deflagrada em 1975 pelos órgãos de segurança do regime militar contra militantes do (PCB) que atuavam em Santa Catarina. A Operação tinha como objetivo oficial o descobrimento e a consequente prisão de elementos responsáveis pela reestruturação do Partido Comunista em Santa Catarina.

No estado foram vítimas da Operação Barriga Verde quarenta e dois cidadãos, sendo que dezessete deles eram naturais do sul catarinense e região carbonífera. Amadeu Hercílio da Luz, natural de Porto Alegre e, Roberto Gologni, de Bérgamo/Itália, viviam em Criciúma no período. Mesmo antes das ações da Operação Barriga Verde, no final dos anos de 1960 e início dos anos 70 outras prisões vinham sendo efetuadas pela ditadura na região carbonífera – Marlene Soccas, natural de Laguna, presa em 1970 a 1972 (Tempos Acadêmicos, 2003, p.72-75), Derlei de Lucca, moradora de Içara, presa de março de 1969 a abril de 1970, ficou exilada em Cuba até 1979 e Paulo Stuart Wright de Forquilhinha. Este último havia sido eleito deputado estadual em 1962, cassado em 1964, condenado a clandestinidade, preso em 1972 e desaparecido. (GOMES; SOARES, 2014). Posto isso, destaca-se a relação dos presos pela Operação Barriga Verde segundo o nome, idade e cidade natal.

Alésio Verzola, 27, Florianópolis/SC, Amadeu Hercílio da Luz, 42, **Porto Alegre/SC**, Antônio Justino, 32, Criciúma/SC, Celso Padilha, 26, Chapecó/SC, Cinirio Arnoldo Vicente, 36, Itajaí/SC, Cirineu Martins Cardoso, 26, Laguna/SC, Ciro Manoel Pacheco, 42, Jaguaruna/SC, Edésio Ferreira, 51, Tijucas/SC, Edgar Schtzman, 35, Joinville/SC, Elenice C. Martins, 25, Porto União/SC, Emanuel Alfredo Maes, 49, Itajaí/SC, Everaldo Brodorck, 36, Joinville/SC, Irineu Ceschim, 32, Curitiba/PR, João Augusto de Melo Saraiva 44, Florianópolis/SC, João Borges Machado de Souza, 28, Florianópolis/SC, Jobê da Nova, 43, Santiago/RS, João Jorge Feliciano, 46, Turvo/SC, Jorge Vieira, 35, Sombrio/SC, Júlio Abelardo Serpa, 26, Guaramirim/SC, Lourival Espíndola, 38, Lauro Muller, 38, Luiz Geraldo Bresciani, 28, Orleans/SC, Luiz Jorge Leal, 51, Tubarão/SC, Marcos Cardoso Filho, 25, Tubarão/SC, Márcio Campos, 38, Florianópolis/SC, Nahor Cardoso, 45, Joaçaba/SC, Nelli Osmar Calduro Piccoli 60, Porto Alegre/RS, Newton Cândido,

<sup>17</sup> Amadeu Hercílio da Luz, entrevistado em maio de 1999 pela historiadora Mariza Therezinha Chaves. Revista Tempos Acadêmicos, Criciúma, SC, n.1, p. 70, 2003.

39, Bauru/SP, Osni Rocha, 27, Joinville/SC, Paulo Antonio, 31, Urussanga/SC, Roberto Cogni, 37, Bérgamo/Itália, Roberto João Motta, 28, Criciúma/SC, Roque Felipe, 39, Criciúma, Rosimere Cardoso Bitencourt, 28, Pedras Grandes/SC, Sebastião Ernesto Goulart, 45, Jaguaruna/SC, Sergio Giovanelli, 35 Blumenau, Teodoro Ghercov, 56, Bessarabia/Romênia, Ury Coutinho de Azevedo, 48, Florianópolis/SC, Valci Lacerda, 37, Florianópolis, Túlio Volmar Bresciani orleans/SC, Vladimir Salomão do Amarante, 38, Videira/SC, Waldemar Domingo, 37, Laguna/SC, Walter Hernich Wily Horn, 43, Porto Alegre/RS. (5ª Região Militar/Exército Brasileiro).

Fica evidenciado na citação um significativo número de presos pela Operação Barriga Verde, acusados de comunistas e que eram naturais da região carbonífera e do sul catarinense. Mas como explicar tal situação? Infere-se que a forte organização dos trabalhadores da região, em especial dos mineiros, tenha contribuído na formação de muitos quadros de militantes de esquerda e que de algum modo se envolveram na resistência à ditadura civil-militar. Dos 42 presos, 98% possuíam residência fixa, a maioria constituída por profissionais liberais – advogado, médico, dentista, corretor de imóveis, além de estudante universitário e operário. Dos envolvidos, 38 tiveram prisão preventiva e quatro foram liberadas em seguida. Alguns experimentaram um longo processo que demorou quatro anos até sua conclusão. (VIEIRA, 1992, p. 69).

A Operação Barriga Verde foi desencadeada em um contexto conhecido na historiografia como: "distensão", "processo de abertura e transição política", "democracia relativa"..., promovido pelo presidente Ernesto Geisel, eleito em janeiro de 1974 pelo Colégio eleitoral com quatrocentos votos contra setenta e seis e vinte e uma abstenções. Sua chegada representou a volta ao poder do grupo conhecido como Castelistas ou Sorbone – eram os setores militares com visão estratégica. Para a extrema direita militar os chamados "linha dura", a volta deste grupo ao poder "poderia significar o aumento da corrupção, início de um processo de transição política e desmontagem do aparato repressivo." (NAPOLITANO, 2014, p. 237).

Do ponto de vista econômico a conjuntura em que Geisel assumiu era bem menos promissora do que a de seus antecessores - "linha dura" - Costa e Silva e Médici.

A crise do petróleo demonstrara a fragilidade da dependência do dinamismo econômico brasileiro, e a busca da ampliação da oferta e das matrizes energéticas tornou-se uma obsessão do governo, já anunciada na primeira reunião presidencial. A inflação de 1974 mais que duplicara em relação ao ano anterior, e o PIB cresceu pela metade. Para retomar o crescimento com taxas aceitáveis de inflação, dentro do projeto de expansão das indústrias de base e de energia, a festa do consumo dos tempos do milagre iria se tornar mais comedida. Era a chamada "reversão de

expectativas” que tinha como alvo certo: a classe média. (NAPOLITANO, 2014, p. 239-240).

No governo Geisel, os rumos da economia foram sendo alterados e ficaram evidenciados na primeira reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico dando mais espaço aos dirigentes da burocracia estatal do que ao empresariado privado. A ênfase no planejamento econômico ficou explicitada no lançamento do II Plano Nacional de Desenvolvimento em setembro de 1974.

Mas o que teria desencadeado a Operação Barriga verde? Em primeiro lugar a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nas eleições de 1974, o MDB elegeu 16 governadores, 16 senadores dos 24, e 160 cadeiras para deputados federais, das 364 estabelecidas em legislação (muitos partidários do extinto Partido Comunista Brasileiro estavam militando no MDB). Em segundo lugar, a descoberta de duas gráficas clandestinas do PCB, uma no Rio de Janeiro e outra em São Paulo configurou-se na justificativa para os “linha dura” engraxarem e desenferrujarem seus músculos e instrumentos de tortura. Acusaram os comunistas do PCB de terem organizado a oposição e provocado a fragorosa derrota do governo. Assim, os “linha dura” elegeram o PCB como novo inimigo do regime. (NAPOLITANO, 2014; VIEIRA, 1992).

Articulada em São Paulo e no Paraná, a Operação Barriga Verde teve início em Santa Catarina em novembro de 1975. A prisão do catarinense Wladimir Amarante, militante do PCB e membro da Juventude do Movimento Democrático Brasileiro JMDB, e do militante paulista Nilton Cândido, acusados de participação em reuniões clandestinas e por distribuição de material político subversivo, possibilitou depois de torturas mapear o PCB no estado. Os órgãos de repressão conseguiram os nomes, endereços e locais de trabalho dos militantes e simpatizantes do PCB. Investigações foram feitas para saber onde funcionavam os núcleos do partido, os supostos subversivos foram seguidos, fotografados e suas reuniões foram gravadas. (VIEIRA, 1992, p. 59).

Desencadeada a operação, as prisões foram efetuadas quase simultaneamente, a fim de evitar a comunicação entre os perseguidos. Em seguida, os militantes foram levados para a 5ª Região Militar, em Curitiba onde foram interrogados e julgados. Após a conclusão do Inquérito Policial Militar em 5 janeiro de 1976, foram libertados onze presos, os demais foram encaminhados para a cadeia pública de Florianópolis e posteriormente transferidos para a colônia agrícola de Canasvieiras. O julgamento aconteceu somente em 10 de fevereiro de 1978, foram absolvidos 26 dos 42 presos pela Operação Barriga Verde e acusados da tentativa de organização do Partido Comunista em Santa Catarina. Quanto aos dezesseis condenados deveriam cumprir pena de 2 a 4 anos. (VIEIRA, 1992, p. 72-74).

## *A instalação do 28º Grupo de Artilharia de Campanha (GAC) em Criciúma*

A ESG [Escola Superior de Guerra] como centro nodular de doutrinação para os militares de uma forma específica de desenvolvimento e segurança nacional baseado nas premissas do capitalismo, era também um instrumento para o estabelecimento de relações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal como nas empresas privadas. Os industriais e tecno-empresários ligados à estrutura multinacional transmitiam e recebiam treinamento em administração política e objetivos empresariais. [...] Compartilhando a ideologia e segurança nacional de seus equivalentes, esses empresários via a disciplina e a hierarquia como componentes essenciais de um sistema industrial. (DREIFUSS, 1981, p. 80).

Conforme exposto na citação acima, a Escola Superior de Guerra (ESG) teve um papel no estabelecimento de relações orgânicas entre militares e civis, que foram decisivas para o golpe. Pode-se afirmar que estas relações permearam toda a ditadura. Em Criciúma o estabelecimento de relações entre os empresários e políticos locais com os militares ficou muito bem explícito quando da instalação do 28º GAC em 1977.

Mas segundo Dreifuss, os setores dominantes orgânicos escolados na ESG e também no IPES-IBAD empenharam-se em desmobilizar, desarticular os movimentos sociais – estudantis, operários, camponeses... (DREIFUSS, 1981, p. 163). Em Criciúma, por exemplo, antes do golpe militar empresários do setor carbonífero preocupados com a forte organização do Sindicato dos mineiros, articularam-se e conseguiram dividir o Sindicato. No final de 1961, criaram a Associação e no início do ano seguinte conseguiram “a carta sindical, constituindo assim o Sindicato dos Trabalhadores na Extração de Carvão do Distrito de Rio Maina. Isto é, criaram um sindicato na mesma base territorial, o que é proibido pela legislação trabalhista brasileira.” (MIRANDA, 2013, p.130). Criado com o objetivo de enfraquecer o Sindicato dos Mineiros “pode ser considerado caso raro no Brasil, pois quebra a regra da unicidade sindical definida na CLT desde 1943.” (MIRANDA, 2013, p.131).

Além de conseguirem a divisão do Sindicato dos Mineiros (VOLPATO, 1984), os mineradores (Proprietários da Minas de Carvão) controlavam a imprensa da cidade – rádio Eldorado e o jornal Tribuna Criciumense (com exceção da rádio Difusora, já citada neste texto e que mantinha proximidade com os trabalhadores) e também exerciam influência na União dos Estudantes Secundaristas de Criciúma, entidade esta que vinha na contramão do movimento estudantil em âmbito estadual e nacional que faziam oposição a ditadura civil-militar. Um exemplo desta assertiva foi a participação de dois membros da UESC – Archimedes Naspolini e Mario Belolli em Curso ministrado por Golbery do Couto e Silva a fim de

apreenderem a identificar comunistas. (VITALI, 2013). Além disso, como já exposto, o padre Cizeski era um forte aliado dos empresários da mineração.

Destarte, as preocupações dos mineradores com organização dos trabalhadores de Criciúma e região carbonífera contribuíram para a aproximação com os militares. Os dois setores tinham preocupações com os movimentos sociais locais, a cidade era vista por estes como a “Cuba” brasileira. Logo após o golpe começaram as conversações para a construção de um quartel na cidade. O jornal Tribuna Criciumense publicava um mês após o golpe a matéria intitulada “Um quartel para a capital do carvão”, conclamando aos setores dominantes da cidade para viabilizar a construção do quartel: “É provável que Criciúma possua brevemente um quartel... necessitando para êxito desse propósito da cooperação de nossa cidade através de seu prefeito e de todas as entidades representativas.” (Tribuna Criciumense, maio de 1964).

Portanto, a viabilização do quartel em Criciúma configurou-se em uma negociação entre os dirigentes do poder local e os militares. Em maio de 1964, Sebastião Netto Campos, minerador e político da cidade, convocou uma reunião com o Sindicato dos mineradores, cujo objetivo era viabilizar os recursos para início da construção do quartel. Os mineradores prontamente abraçaram o projeto conforme exposto pelo jornal Tribuna Criciumense.

Nessa reunião, por unanimidade, foi autorizado ao diretor do Sindicato a doar em nome daquela classe dez hectares de terra localizados próximo a Cidade Mineira e mais uma importância inicial de 10 milhões de cruzeiros para o fim específico da instalação de um quartel em Criciúma. Disse-nos ainda o Dr. Sebastião Netto Campos que o prefeito municipal está liderando um movimento a fim de congregar todos os esforços e auxiliem com o mesmo objetivo. (Tribuna Criciumense, maio de 1964).

Ao que tudo indica os recursos provenientes dos mineradores não foram suficientes para a construção do quartel, pois efetivamente a obra teve início somente em 1976 e não foi no terreno que supostamente o Sindicato dos mineradores teria doado. As obras iniciaram com a intervenção do poder público municipal durante a gestão do prefeito Argemiro Manique Barreto, que era também empresário na cidade e articulou os recursos junto aos empresários, desapropriou um terreno na Quarta Linha e iniciou as obras. Segundo o prefeito:

Então aí nos começamos as obras... Quem chega lá observa: há um aterro bastante grande... E construímos este pavilhão aqui, o rancho. Isso aqui, os mineradores, os ceramistas, liderados mais uma vez por seu Diomício Freitas. Graças a ele. Eu falei com ele. Ele disse: “Vamos reunir o pessoal”. Reuni o pessoal na prefeitura. Disse:

"Olha, vocês têm que me ajudar com 100 mil reais cada um." Então cada ceramista e minerador, que no caso foi o seu João Janete e o Cechinel, que era o dono da Cesaca, doaram 200 mil. O seu Diomício Freitas também, 200 mil. Os demais mineradores entraram com 10 mil, perfazendo um milhão e cem. Nós construímos por nossa conta. Esse dinheiro foi canalizado aos cofres da prefeitura. Nós construímos e entregamos. E, independente disso, foi levado água, que não tinha na época, que a CASAN nos ajudou levando água, a energia, né toda a terraplanagem. Em resumo, tudo aquilo que tinha que ser feito foi feito para que facilitasse o espaço e a implantação do quartel<sup>18</sup>.

A narrativa do prefeito evidencia a articulação entre o poder público municipal e os empresários da cidade, mas agora além dos mineradores, os ceramistas entraram com os recursos para viabilizar a construção do quartel. Era o processo de diversificação econômica que se processava a passos largos na cidade, e que por sua vez atraía trabalhadores provenientes dos vários municípios do sul catarinense. Esta crescente concentração do número de trabalhadores na cidade preocupava os empresários e também os militares. Portanto, a instalação do quartel em Criciúma facilitava "acompanhar a movimentação da cidade e desencadear medidas repressivas com mais rapidez e eficiência, mantendo a ordem que tanto interessava aos militares e à elite dirigente." (Tempos Acadêmicos, 2001, p. 111).

Concluídas as obras, foi transferida para Criciúma uma unidade do exército que estava provisoriamente instalada na cidade de São Francisco do Sul – região norte do estado. A partir de 1977 a sociedade catarinense, em especial os supostos comunistas e os sindicalistas, passaram a ser acompanhados de perto pelo serviço de espionagem do exército.

### *Considerações Finais:*

Como exposto ao longo deste escrito, no contexto do golpe civil-militar a cidade de Criciúma e a região carbonífera tinha no carvão mineral a principal atividade econômica e experimentava um processo de diversificação de sua economia. Na cidade havia uma forte organização de trabalhadores em especial – os mineiros. Assim, quando ocorreu o golpe havia um acirrado embate de classe, em especial, mineradores X trabalhadores das minas de carvão.

Se por um lado como foi demonstrado os moradores de Criciúma e região carbonífera fizeram resistência ao golpe e ao regime instaurado, por outro os setores dominantes da cidade em especial os mineradores, e com apoio da igreja e do poder público local, apoaram o golpe e a ditadura civil-militar, se

---

<sup>18</sup> Argemiro Manique Barreto, entrevistado por Paulo Cesar Floriano em 26/07/2001. Revista Tempos Acadêmicos, n. 1, p. 110, 2003.

associaram ao regime para perseguir os supostos comunistas e buscaram criar maneiras para controlar a ação dos trabalhadores, que culminou na instalação do GAC - 28º Grupo de Artilharia de Campanha em Criciúma no ano de 1977.

A resistência dos moradores da região carbonífera, em especial os de Criciúma, permeou todo o período em que a ditadura esteve no poder, ultrapassou o recorte temporal deste escrito. Desde os primeiros momentos do golpe em Criciúma, articulados no Sindicato dos mineiros, e utilizando da rádio difusora, tentaram organizar a resistência. Isso levou a prisão de centenas de pessoas e cassações de mandatos de vereadores de oposição. Posteriormente no final dos anos 1960 e início dos anos 70, moradores da região carbonífera e de Criciúma envolvidos nos movimentos de resistência foram presos, torturados e mortos, alguns se exilaram. A resistência continuou, e outras prisões ocorreram em 1975. Efetuadas pela operação Barriga Verde que visava desmantelar a organização do Partido Comunista no estado. Dos 40 presos, 16 tinham domicílio na região carbonífera e Criciúma.

Por fim, em 1979 ocorreu a novembrada, movimento organizado por estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, quando da visita do último presidente militar em Florianópolis, e mais uma vez catarinenses estavam participando do movimento de resistência à ditadura civil-militar, mas isso fica para outro escrito. Pode -se dizer que a luta dos trabalhadores de Criciúma e da região carbonífera contra a ditadura configura-se em uma cultura política de resistência a opressão.

## *Fontes Documental*

Jornal Tribuna Criciumense 1963 a 1968

Atas das Sessões da Câmara de Vereadores de Criciúma do ano de 1964.

5. Região Militar/Exército Brasileiro.

Revista Tempos Acadêmicos, n.1, 2003, Criciúma, SC.

## *Referencias:*

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. *Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965*. Brasília, 1965. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-02-65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2015.

COIMBRA, David. *Atravessando a escuridão: memórias de um comunista casual*. Criciúma: Ed. UNESC, 1996.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GOMES, Iur; SOARES, Regina Maura. (Org.). *Paulo Stuart Wright: o tempo, o sujeito e o mundo*. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2014.

GOULARTI FILHO, Alcides. (Org.). *Ensaios sobre a economia sul-catarinense*. Criciúma: UNESC, 2005.

GOULARTI FILHO, Alcides; NETO, Roseli Jenoveva. *A Indústria do Vestuário: economia, estética e tecnologia*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. (Coleção Teses).

IBGE. *Censo. Demográfico. 1960*. Rio de Janeiro, 1960.

LEMOS, Gustavo Perez. *Mineiros e Sindicalistas na cidade do carvão: Criciúma (1953-1964)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis, 2008.

MIRANDA, Antônio Luiz. *Trajetória e experiência do movimento operário sindical de Criciúma – SC: da Ditadura Militar a Nova República*. 2013. Tese (Doutorado em História) – UFSC, Florianópolis, 2013.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Dorval do. *Faces da Urbe: processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/SC (1945-1980)*. Criciúma: UNESC, 2012.

SANTOS, Maurício Aurélio dos. *Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UDESC, 1997.

SANTOS, Maurício Aurélio dos. *Acumulação e geração de emprego e diversificação da economia no Sul de Santa Catarina: Carvão, cerâmica e indústria do plástico*. 2002. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, USP, São Paulo, 2002.

TEIXEIRA, José Paulo. *Os donos da cidade*. Florianópolis: ED. Insular, 1996.

VIEIRA, Jaci Guilherme. *História do PCB em Santa Catarina – da sua gênese até a Operação Barriga Verde – 1992 a 1975*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – UFSC, Florianópolis,

VITALI, Marli Paulina. *União dos estudantis secundários de Criciúma (UESC): entre o conservadorismo e a resistência*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNESC, Criciúma, 2013.

VOLPATO, Terezinha Gascho. *A Pírita Humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis, Ed. UFSC, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1984.

TRICHES, Janete. *As oligarquias dos partidos: Criciúma/SC - 1945-1992*. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

TRICHES, J.; ZANELATTO, J. H. *História Política de Criciúma no século XX*. Criciúma: Ed. da Unesc, 2015. v. 1.

Recebido em 28/02/2015 – Aprovado em 12/09/2015.